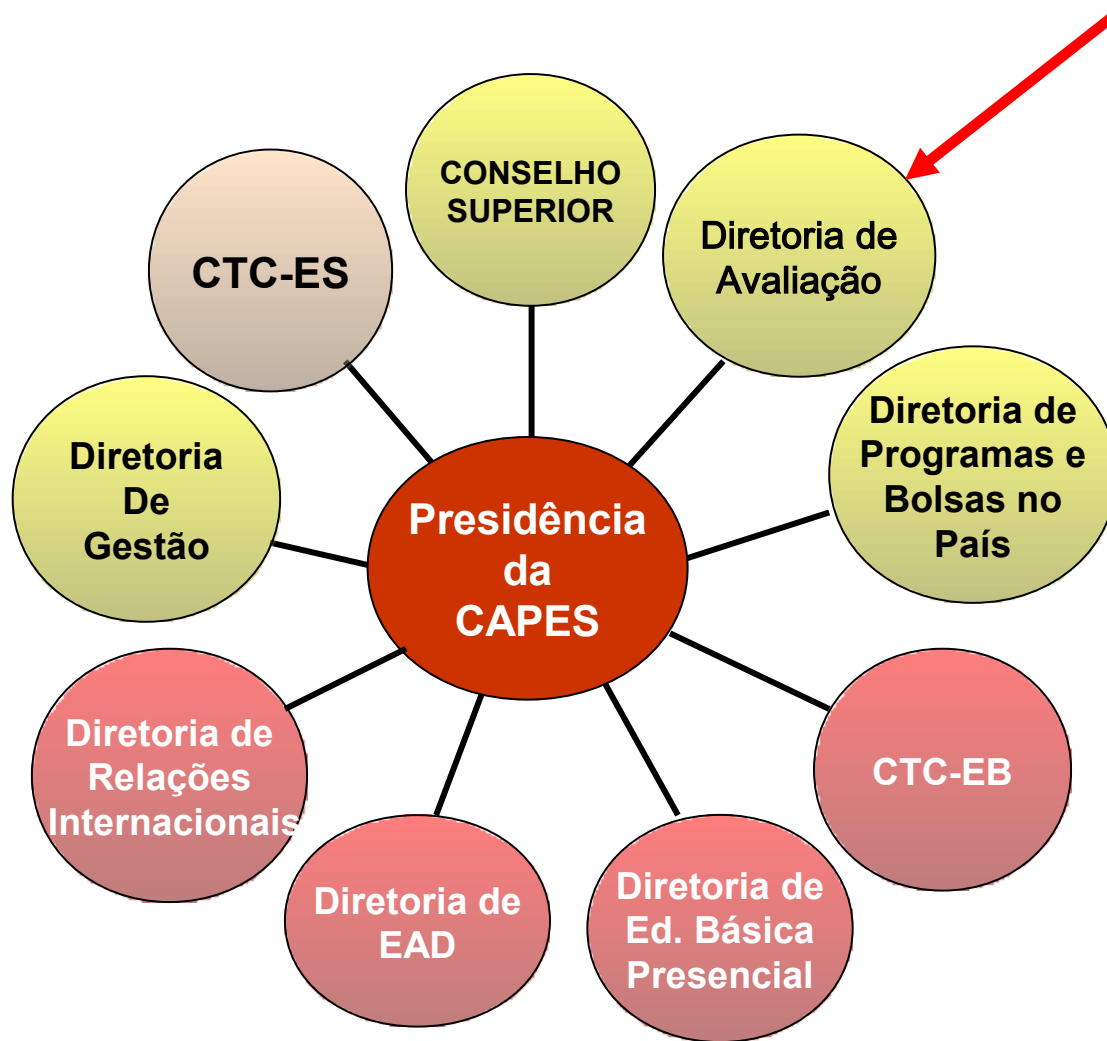


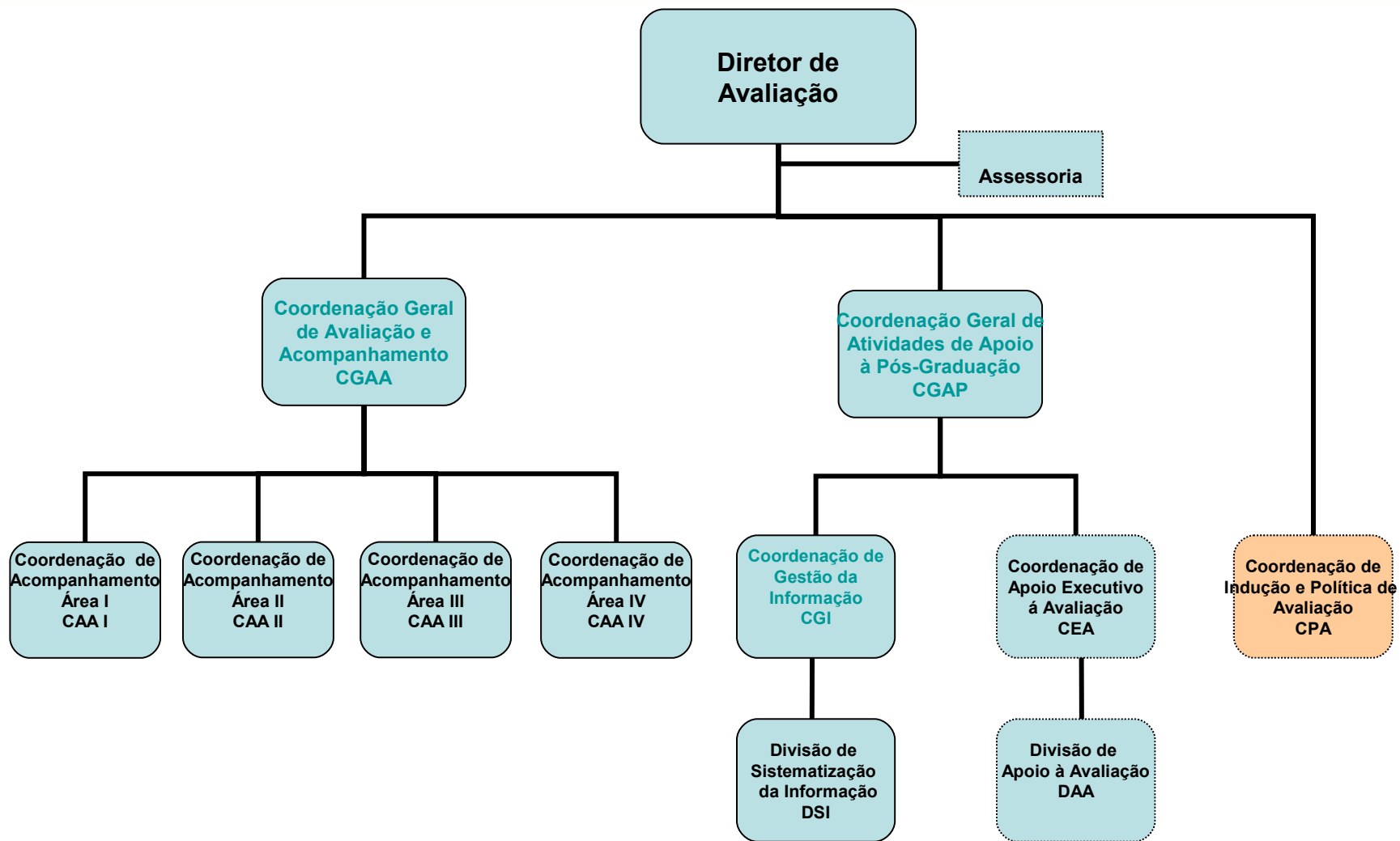


COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

**A AVALIAÇÃO DO SISTEMA
NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO
*STRICTO SENSU***



Diretoria de Avaliação



PNPG 2005-2010: Principais Objetivos

- Fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação;
- Formação de docentes *para todos os níveis de ensino*;
- Formação de quadros para mercados não-acadêmicos;
- Diminuição das assimetrias acadêmicas entre as regiões do país.



PNPG 2005-2010: Diretrizes para a Avaliação (1)

- Preservação do sistema nacional de avaliação de qualidade da pós-graduação brasileira, como um sistema de certificação e referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa;
- Avaliação da produção tecnológica e seu impacto e relevância para o setor econômico
- Incentivo à inovação através da adoção de novos indicadores que a identifique e a promova;
- Identificação, por meio do processo de avaliação, das questões ou problemas relevantes para a orientação e indução da expansão e desenvolvimento da pós-graduação nacional em consonância com o PDP;

- Diversificação do sistema de avaliação de forma a possibilitar a análise de diferentes modelos de pós-graduação (Associações, MINTER, DINTER, MP);
- Introdução de procedimentos que contemplem aspectos qualitativos dos programas de PG;
- Estímulo à pós-graduação, mediante constante atualização dos indicadores quali/quantitativos, de modo a orientar a formação de recursos humanos e a pesquisa na direção das fronteiras do conhecimento e das prioridades estratégicas do País.



Avaliação da PG brasileira – Aspectos Gerais

- Respeitabilidade fundada em qualidade assegurada pela análise dos pares;
- Tem conseqüências no fomento;
- Reconhecimento social;
- Critérios previamente estabelecidos;
- Complexo de TI (estrutura de hardware, software e telecomunicações)

- Elementos chave da avaliação :

Normativo e Processual.

- No **nível normativo** temos a Constituição Federal - impõe ao ensino o princípio da garantia do padrão de qualidade, além de atribuir ao poder público a avaliação de qualidade da educação. A LDB, que exige a autorização e o reconhecimento de cursos, o credenciamento de instituições de educação superior, com prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.
- Cabe à CAPES estabelecer as normas específicas para a sistemática de avaliação, detalhando as etapas, critérios e instrumentos utilizados no processo.

- Sob o **aspecto processual**, o Sistema de Avaliação da pós-graduação pode ser dividido em dois processos distintos que referem-se à **Entrada e Permanência** dos Cursos de Pós-Graduação no Sistema Nacional de Pós-Graduação SNPG



Entrada no SNPG:

Avaliação das Propostas de Cursos Novos - APCN

Permanência no SNPG:

Avaliação Trienal dos Cursos de Pós-graduação



Entrada no SNPG:

Avaliação de Propostas de Cursos Novos – APCN

Etapa 1 - Submissão das propostas à CAPES

As propostas são elaboradas pelas Instituições e enviadas por meio de aplicativo próprio, observando os requisitos pré-definidos.

Etapa 2 - Análise pelas Comissões de Área

As propostas são analisadas por comissões de consultores especialistas ad hoc, que emitem relatórios com parecer e nota para cada curso.

Etapa 3 - Análise e Decisão pelo CTC/ES

O relatório da Comissão de Área e a proposta são analisados por um relator membro do CTC-ES, que apresenta parecer conclusivo ao colegiado. O CTC-ES aprecia o parecer e decide pela recomendação ou não recomendação do curso.

Etapa 4 - Deliberação do CNE/MEC

O parecer do CTC-ES é encaminhado ao CNE/MEC para deliberação sobre a autorização e reconhecimento dos cursos.

Propostas Submetidas e Analisadas				Propostas recomendadas			
ME	DO	MP	Total	ME	DO	MP	Total
326	168	72	566	112	82	16	210



Permanência no SNPG: Avaliação Trienal dos Cursos de Pós-graduação

Etapa 1 - Coleta das Informações

As Instituições prestam informações anualmente por meio do aplicativo Coleta de Dados

Etapa 2 - Tratamento das Informações

As informações fornecidas pelas Instituições são consolidadas pelo corpo técnico da CAPES

Etapa 3 - Análise pelas Comissões de Área

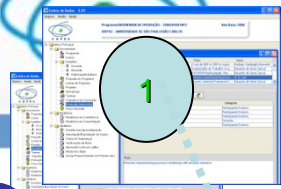
As propostas são analisadas por comissões de consultores especialistas ad hoc, que emitem relatórios com parecer e nota para cada curso, numa escala de 1 a 7.

Etapa 4 - Análise e Decisão pelo CTC/ES

Os relatórios das Comissões de Área são analisados por um relator membro do CTC-ES, que apresenta parecer conclusivo ao colegiado. O CTC-ES aprecia o parecer e decide pela recomendação ou não recomendação do curso.

Etapa 5 - Deliberação do CNE/MEC

O parecer do CTC-ES é encaminhado ao CNE/MEC para deliberação sobre o reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos.



1 – **Coleta:** dados

atribuição: Programas / Pró-reitorias

2 – **Ficha de Avaliação:**

atribuição: Comissões de Área / validação no CTC

3 – **Documentos de Áreas:**

atribuição: Comissões de Área / validação no CTC

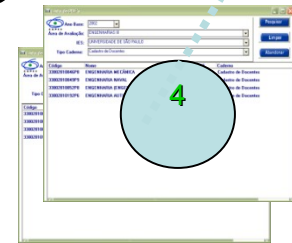
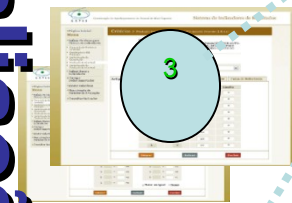
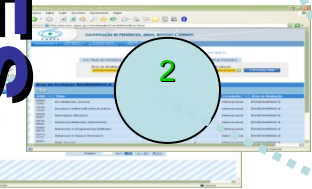
4 – **Qualis:** Periódicos

Livros: Roteiro de Classificação.

Em construção: Qualis Artístico, Patente, Eventos.

atribuição: Comissões de Área / validação no CTC

DAV





Atividade de Avaliação: Dimensões

- 47 Coordenadores de Área da comunidade acadêmica
- Cerca de 850 consultores de diferentes IES agrupados em comissões de área
- 57 técnicos da Diretoria de Avaliação responsáveis pela normatização, supervisão e controle do sistema
- 18 técnicos em TI.

Avaliação 2004-2006

3.412 Cursos

- **2.070 mestrados**
- **1.185 doutorados**
- **157 mestrados profissionais**

SNPG setembro/2009

4.222 Cursos (crescimento de 24%)

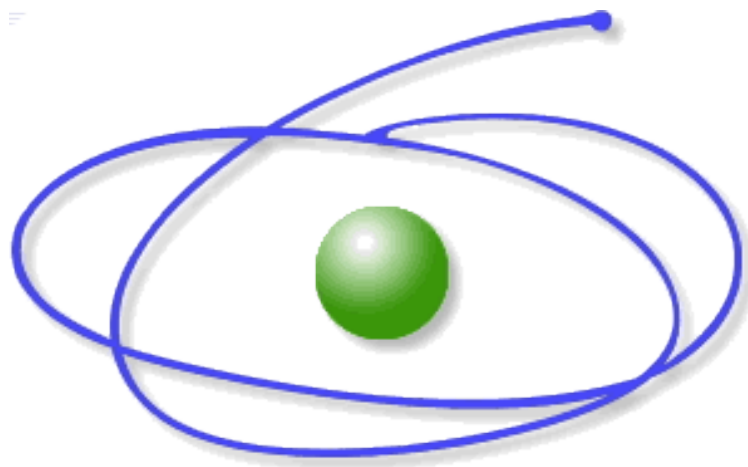
- **2.503 mestrados (21%)**
- **1.458 doutorados (23%)**
- **261 mestrado profissionais (66%)**



Avaliação da PG brasileira: Desafios (1)

- Promoção da mobilidade acadêmica do Brasil com o exterior;
- Novos modelos de PG redes e parcerias nacionais e internacionais (Associações);
- Ampliação das modalidades de produção intelectual;
- A expansão pró-ativa do sistema de PG (descentralizar no futuro?);
- As IES deixam de ser o *locus* único onde se produz e reproduz o conhecimento;
- Contínua prestação de contas à sociedade

- Aprimoramento dos conceitos, instrumentos e métodos utilizados;
- Diferenciação entre avaliação dos Programas acadêmicos e profissionais;
- A avaliação da PG deve estar integrada ao esforço que o Ministério da Educação vem desenvolvendo para a melhoria da qualidade da educação, além das políticas governamentais de forma geral;
- Integração dos aplicativos em uso na avaliação;
- Aprimorar o acompanhamento anual do sistema.



C A P E S

Geraldo Nunes – Coordenador-Geral da CGAP

E-mail: geraldo.nunes@capes.gov.br

Telefone: 61 2022 6485